

CURRÍCULO E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UM ESTUDO ALTERNATIVO, NOVAS POSSIBILIDADES

Adelice Pereira de Jesus¹

Edilane de Jesus Gomes²

Janes Aparecida Xavier da Silva Neves³

Resumo - As diferentes problemáticas relativas às questões de gênero desafiam a escola em seu objetivo de formação de pessoas sensíveis e abertas a convivência com a diversidade. Este estudo objetiva refletir como o currículo na educação básica nas relações de gênero e propicia conhecimentos capazes de problematizar concepções naturalizadas de gênero. Buscou-se questionar, a partir da revisão da literatura, o fato de meninos e meninas possuírem papéis e comportamentos predeterminados. Analisamos como as discussões acerca de gênero do currículo podem estimular posturas emancipadoras de mulheres que, há muito tempo, vêm sendo violentadas como sujeitos históricos. Visto que, o próprio currículo é um desafio para pensar práticas pedagógicas que atendam essas temáticas além dos muros escolares, promovendo impactos sociais, culturais e políticos que constituem como um espaço de resistência e embates ideológicos.

Palavras-chave: Currículo escolar .Educação .Gênero .

Considerações iniciais

Educar para a autonomia é o caminho de uma educação para a diversidade, equidade em direito dos sujeitos. O currículo escolar é o grande norteador de todo o processo educacional de uma unidade educativa, visto que, a aprendizagem escolar está intrinsecamente vinculada ao currículo, sendo que esse é organizado com o objetivo de orientar as ações dos professores e os

¹ Ma. Ensino, Linguagem e Sociedade, na Universidade do Estado da Bahia. Caetitê, Bahia. Brasil. Professora do Ensino Fundamental II, da Rede Municipal de Palmas de Monte Alto -Ba.minga27@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0003-0151-8293>

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino Linguagens e Sociedade- PPGELS/UNEB. Graduada em Letras com Habilitação em Língua Inglesa pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB/DCHVI. Integrante do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudo do Audiovisual e do Discurso- AUDiscurso/UNEB- Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia- FAPESB lane26gomes@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Educação Básica/Ensino Fundamental na Escola Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo na cidade de Guanambi - BA. Integrante do grupo de estudos Políticas Educacionais na Formação de Professores da Universidade Federal Fronteira Sul. E-mail: janesgbi@hotmail.com



diferentes níveis de ensino. Nesse sentido, o currículo escolar é o caminho que o estudante deve percorrer durante sua vida na escola, ao longo do estudo em uma instituição de ensino.

O conceito de currículo na educação foi se transformando ao longo do tempo e diferentes correntes pedagógicas são responsáveis por abordar a sua dinâmica e suas funções. Assim, diferentes autores enumeram de distintas formas as várias teorias curriculares. Para Silva (2005, p. 15),” O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”. Ainda o autor pontua que, o currículo oculto ensina, ainda através de rituais, regras, regulamentos, normas, Silva (2005). Dessa forma, o currículo é um território de ensinar e de aprender por excelência. Ensinar é transmitir, informar, ofertar, apresentar, expor e explicar conhecimentos e saberes pensados, pensáveis e aceitos. Um currículo é um artefato que ensina porque uma de suas funções para além da transmissão dos conteúdos, saberes, conhecimentos, conceitos, habilidades.

No processo educativo, são muitas as encruzilhadas teóricas/conceituais, epistemológicas e políticas que nos permitem pensar e refletir sobre o processo educacional. Entretanto, diante dessas problemáticas, ainda não vislumbramos caminhos prontos e livres de obstáculos para educação das relações de gênero, dessa forma, cada passo é um marco importante nessa trajetória.

As relações de gênero são uma construção histórica e estruturam a forma como percebemos a nós próprios e aos outros. Antes de nascer muitos curiosos já tentam adivinhar o sexo biológico do bebê, dando características simbólicas com base na classificação binária dos sexos, a exemplo da sensibilidade e doçura, esperadas como distinções para meninas, e da inteligência e força, associadas aos meninos. Quando criança, brinquedos e brincadeiras vão naturalizando essas relações sociais e qualidades atribuídas às meninas e aos meninos: elas, dóceis, com seus muitos apetrechos domésticos (panelinhas, bonecas), e os meninos com seus carros, bonecos e materiais de montar, demonstrando a expectativa de que desenvolvam força e inteligência.

Para se pensar em novos tempos na escola, urge refletirmos o papel do currículo, as normativas naturalizadas de gênero construídas socialmente e as intersecções que inferioriza mulheres, ao mesmo tempo instrumentalizá-las através da educação para que ultrapassem esta condição que lhes foram impostas historicamente.

Dessa forma, propomos, neste artigo, refletir sobre como o currículo na escola atua na educação básica nas relações de gênero e propiciar conhecimentos capazes de problematizar as concepções naturalizadas de gênero, bem como, o fato de meninos e meninas possuírem papéis e comportamentos predeterminados e como as discussões acerca de gênero no currículo podem estimular posturas emancipadoras de mulheres que, há muito tempo, vêm sendo violentadas como sujeitos históricos. Esperamos, assim, contribuir para a ampliação do debate e para o aprimoramento da formação em torno do respeito à diversidade e do combate às formas de discriminação envolvendo gênero, inclusão e relações étnico-raciais no Brasil.

Metodologia

Este é um estudo de cunho qualitativo de revisão bibliográfica, por assim ser, constitui-se de análise da literatura publicada em livros e de artigos de revistas impressas e eletrônicas. Nesse tipo de estudo, são analisadas as produções bibliográficas em “determinada área [...] fornecendo o estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191).

Historicidade: as questões de gênero e currículo escolar

A Constituição de 1988 já prevê em seu artigo 210, a adoção do currículo escolar por todas as instituições de ensino do país, a medida visa garantir que todos os estudantes do Brasil tenham acesso a uma série de conteúdos fixos, que são considerados mínimos para a formação básica. Em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Bases Nacional comum Curricular (BNCC) estabeleceu uma série de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que deveriam guiar a elaboração dos currículos das escolas no ensino fundamental e também no ensino médio. Mais tarde, em 2008, o Programa Currículo em Movimento incluiu parâmetros para o ensino infantil na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Todavia, em 2014, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) colocou como meta a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular para todo o Brasil. Sua intenção é a de elevar os padrões de ensino em todas as regiões, reduzindo a desigualdade no desempenho dos alunos em exames de cunho nacional, no entanto, a BNCC ao se tornar o novo documento



normativo da Educação, inclusive com diretrizes no tocante a Sexualidade e ao Gênero, trouxe fragilidade e lacunas sobre os estudos de gênero.

Desse modo, a escola, enquanto espaço influenciado pela política e pela sociedade e seus reveses educacionais cujos posicionamentos conservadores vêm atacando posições ocupadas no tocante à igualdade de Gênero e ao combate orientados pela visão restrita, preconceituosa, ideológica que pulula em uma sociedade que se submete à ignorância impedindo que novos progressos sejam alcançados. Nunes (1987, p. 23) explica que “[...] a Sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto envolver-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos”. Ou seja, uma sociedade pautada no conservadorismo e na ideologia religiosa com facilidade questiona e impede que se fale sobre Gênero e Sexualidade.

Louro (2000) vê o currículo como um documento político, visto que nele também está impresso o pessoal, o subjetivo, que estão imiscuídos com o político. É sob essa reflexão que devemos questionar as identidades produzidas pelo currículo, as culturas silenciadas, a constituição de certas políticas de identidades e não de outras. Quando se trata de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, as pessoas sentem medo, receio de discutir a temática. Nesse sentido, é notório que a escola continua sendo um cenário de construção do discurso heteronormativo patriarcal. São temas que, como já sinalizou Louro (2011), podem tanto se articular como se embaralhar. Talvez não do ponto de vista acadêmico e filosófico, mas sim das incertezas e interpretações frequentes que o senso comum dá aos vários temas abordados nesse campo.

Na atualidade as escolas reproduzem as desigualdades de gênero em suas práticas educativas, quando buscam transmitir conhecimentos às estudantes, direciona as regras da divisão sexual do trabalho na sociedade, preparando as mulheres para posições semelhantes às daquelas de suas mães e de outros membros de seu sexo. Pode-se perceber claramente essa separação até mesmo nas atividades na escola, nos exercícios de cada disciplina considerados ‘naturalmente’ masculinos ou femininos, ou inicialmente, até mesmo com as questões de acesso à escola. Tomaz Tadeu da Silva diz que:

Nível de educação das mulheres, em muitos países, sobretudo naqueles situados na periferia do capitalismo, era visivelmente mais baixo do que o dos homens, refletindo seu acesso desigual às instituições educacionais. Mesmo naqueles países em que o acesso era

aparentemente igualitário, havia desigualdades internas de acesso aos recursos educacionais: os currículos eram desigualmente divididos por gênero. (SILVA, 1999, p. 92)

Nesse sentido asseveramos que o poder que está incutido no currículo que delimita essa separação. Silva (1996, p. 168) pontua que o “poder está inscrito no currículo”. A seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento dos outros. Para esse autor, o poder é precisamente “aquilo que divide o currículo – que diz o que é conhecimento e o que não é – e aquilo que essa divisão divide – que estabelece desigualdades entre indivíduos e grupos sociais”.

Dessa forma, faz-se necessário perceber que a escola não apenas reproduz as concepções de gênero e sexualidade socialmente construídas, mas as produz. A escola é uma das instituições sociais responsáveis pelo controle e pela correção dos considerados “anormais”, dos desviantes, fazendo funcionar os dispositivos disciplinares de poder.

Para (SCOTT, 1995), pensar em gênero é pensar em relações de poderes. Gênero se refere às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel masculino/feminino a partir das diferenças sexuais, instituições, estruturas e práticas cotidianas. O gênero não reflete a realidade biológica primária, mas constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma e deve ser analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1995, p. 75).

No bojo das políticas públicas, as relações de poderes, quando assimétricas e desiguais como no caso de mulheres e homens, geram submissão, discriminação e violência. Quando um modo de ser homem ou de ser mulher é eleito como único, todos os outros que não seguem o padrão estabelecido serão excluídos ou levados a se adaptar ao modo hegemônico (LOURO, 2004) por meio da divulgação e repetição de normas instituídas em diferentes espaços, “inclusive no currículo escolar” (PARAÍSO, 2018, p. 24). A promoção da equidade de gênero nas políticas públicas pode produzir relações de poderes mais justas e democráticas, buscando considerar e incluir as diferenças, e não as desigualdades, no enfrentamento às condições precárias de existência (BUTLER, 2018). Assim, desnaturalizar as relações assimétricas de gênero é um passo importante na busca pela garantia dos direitos de cidadania (ALVES; SOUZA, 2017).

Discutir as questões de gênero e a diversidade sexual no ambiente escolar torna-se relevante em razão de se pensar a escola como um lugar de promoção à cidadania e de respeito aos direitos humanos. Segundo Michel Foucault (1998, p. 117) violência simbólica, social, moral, são algumas nomenclaturas que visam à submissão feminina cuja história passa pelo desconhecimento de conceitos e afirmações erigidas em vista da conquista do poder e dominação social.

Cabe destacar que a escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, pois, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades de gênero, raça, etnia, bem como se constitui em um espaço generificado (LOURO, 1997), ainda convém lembrar, que um dos principais objetivos da escola consiste em ampliar os conhecimentos de seus atores sociais (alunos e professores), devendo ser um espaço de produção de saber, questionamento e aprofundamento de toda e qualquer questão que seja do interesse dos/as alunos/as.

No âmbito escolar, o papel da educação é contribuir para uma maior compreensão das diferenças, “precaçando” “pré-conceitos” arraigados ao senso comum em detrimento ao viés científico e laico, disseminando a importância de compreender as diferentes formas de relação e seus imbricamentos são necessários para compreendermos aspectos da organização das relações humanas femininas invisibilizadas ao longo da história.

Estudo de gênero na escola: outras possibilidades

Partimos da premissa de que currículo é muito mais que propostas escritas e que se constrói nas relações sociais e culturais. No tempo e espaço escolar muitas vezes ocorre a naturalização do currículo, o que faz com que seja entendido como itens elencados de matérias, disciplinas, a serem estudadas, em um documento escolar – grades ou matrizes, como nos afirma Sacristán quando diz “[...] o currículo real é mais amplo que qualquer ‘documento’ no qual se reflitam os objetivos e planos que temos” (SACRISTÁN, 1998, p. 86).

A escola pode deixar de ser lugar de discriminação para, então, passar a ser espaço onde as relações de gênero nas práticas escolares sejam sinais de mudanças, emancipação e outros tempos. Segundo Souza (2006), as relações de gênero na escola são sistematicamente ensinadas de modo a (re)produzir atitudes sexistas:



que ajudam na construção da imagem, do que é ser menino e menina. Dessa forma, podemos dizer que as diferenças encontradas em meninos e meninas procedem de um adulto. [...] A partir dessa compreensão, percebemos que a organização social do gênero nunca é fixa ou estável. Ela é modelada sob circunstâncias históricas e socialmente construídas. (SOUZA, 2006, p. 123).

A identidade de gênero não deve se pautar na naturalização do comportamento feminino ou masculino. Nesse sentido, a escola, de acordo com Louro, deve criar,

[...] formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não-sexistas e não-racistas; investigando os grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos modelos familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia. (LOURO, 1997, p. 124).

Desse modo, ações pontuadas pela autora contribuem de forma significativa para uma educação produtora e justa de novas formas de aprendizagens e de visão de mundo, na medida em que contribuem para uma maior visibilidade à identidade feminina no meio social, visto que, a escola deverá lançar mão, não somente de uma metodologia preocupada com os conteúdos curriculares, mas também com o enfoque nas questões ligadas às diferenças de gênero para que os discentes assumam uma posição não discriminatória em relação às identidades de gênero presentes no meio escolar e na sociedade.

Louro (1997) propõe uma prática educativa não-sexista, recusando uma posição prescritiva e privilegiando a discussão de um modo novo de exercer uma ação transformadora no âmbito da educação. Assumindo o princípio de que as relações são sempre relações de poderes e que o exercício do poder acontece em múltiplas direções, a autora discute uma nova configuração para a/o intelectual feminista que resulta de um conjunto de disposições mais sintonizadas numa perspectiva pós-estruturalista: disposição para observar e questionar os indícios de desigualdade e suas eventuais desestabilizações ou mudanças para estar atento/a, portanto, não apenas ao que se ajusta às representações dominantes, mas também ao que se apresenta como inesperado, como forma de transposição de fronteiras, como transgressão do instituído; disposição para o autoquestionamento para lidar com a provisoriedade e a transitoriedade; disposição para agir a partir das práticas cotidianas, rotineiras e comuns.

A diferença deve ser reconhecida e legitimada em toda a sociedade e como a escola faz parte da sociedade, ela não pode mais assumir o papel de instituição reprodutora de discursos

discriminatórios e preconceituosos. Às Teorias pós-críticas abrangem problemáticas da qual é fundamental discutir no cenário pedagógico/educacional. O currículo, no que lhe concerne aparece como ponto central a ser pensado, criticado. De tal maneira pautas como identidade e diferença, por exemplo, devem ser percebidas em âmbitos que propiciem ao aluno o sentimento de pertencimento e aproximação ao ambiente escolar e também fora dele, contribuindo para a relação entre o social do aluno. Assim,

Esse falocentrismo do currículo tem implicações não apenas para a formação da identidade feminina, como também é evidente para a produção da identidade masculina (...). Um currículo masculinamente organizado contribui, centralmente, para reproduzir e reforçar o domínio masculino sobre as mulheres. (SILVA, 1995, p. 189)

Com base da citação o do autor acima, entendemos que diferentes papéis e características são atribuídas a meninos e Meninas no espaço escolar. Dessa forma o currículo acaba por levar uma visão dividida para meninos e meninas. Por essa visão dividida, somos levados, a título de exemplo, a recompensar um menino e a corrigir uma menina por um comportamento semelhante. Todavia esse conhecimento corporificado no currículo promove a compreensão de diferentes papéis e características atribuídas a meninos e meninas, o que pode estar contribuindo para instituir ‘verdades’ sobre os diferentes sexos.

O movimento feminista⁴ busca dentre outras reivindicações, a valorização do papel feminino como contribuinte da memória história das mulheres, como também identificam que os currículos eram divididos desigualmente por gênero, que na história sempre deu ênfase ao papel masculino como protagonista. O herói, os reis, presidentes, todos esses personagens principais da construção da história que conhecemos. Dessa forma, nos estudos de gênero as identidades dos sujeitos são construídas historicamente, percebemos o quanto as mulheres foram violentadas em direitos e oprimidas na sociedade. Nesse sentido (BUTLER, 2008), admite-se que a representação social de gênero é constantemente (re)definida nas sociedades e, concomitantemente, transcrita no corpo e em toda sua subjetividade. Assim,

⁴ Feminismo é um **movimento social por direitos civis, protagonizado por mulheres**, que desde sua origem **reivindica a igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres**. Sua atuação não é sexista, isto é, não busca impor algum tipo de superioridade feminina, mas a igualdade entre os sexos. <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-que-e-feminismo.htm>



“[o] gênero não deve ser constituído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2015, p. 242).

Para Judith Butler (2015), ao contrário das críticas políticas em torno do conceito, tem a intenção de tornar a sexualidade menos “complicada”, difundindo a ideia de que não há necessariamente a obrigação social ou de qualquer outra espécie, de se “rotular”, uma vez que o ser humano é suscetível a todo o momento à mudanças, mudanças essas que condicionam nosso cotidiano e que ditam nossa identidade.

Desse modo, problematizar as relações de gênero no espaço escolar vai de encontro a imposição social e cultural do padrão heterossexual e da heteronormatividade, o que pode vir a desestabilizar o poder disciplinar da educação e provocar acirramentos quanto ao papel da educação na desconstrução dos padrões de gênero capaz de promover a autonomia, respeito a diversidade e elevar a autoestima em detrimento a discriminação, preconceito ou reforço aos vários tipos de violências sofridas pelas mulheres em todos os tempos. Assim promover um currículo que reconheça a necessidades dos sujeitos inseridos no processo educacional é a base para uma educação propulsoras de autonomia, liberdade e equidade de todos/as em sua diversidade.

Considerações finais

Os estudos de gênero nos mostra que os indivíduos possuem identidades plurais transitórias, visto que o âmbito educacional é um espaço social importante de formação dos sujeitos, tem um papel primordial a cumprir, que vai além da mera transmissão de conteúdo. No entanto, para que a escola cumpra seu papel é preciso que esteja atenta às situações do cotidiano, ouvindo as demandas dos alunos e alunas, observando e acolhendo seus desejos, inquietações e frustrações. Nesse sentido, não se deveriam promover ações discriminatórias em relação às diferentes categorias de gênero presentes na escola ou em qualquer outro espaço/tempo. Assim, nos estudos relacionais de gênero e no processo educacional, deve-se pensar a educação a partir da experiência/sentido, tendo em vista que o sujeito oprimido só terá consciência dessas violências através da (re)significação do conhecimento, visto que, na educação como instituição escolar, que definem comportamentos, atitudes, saberes e gestos no



processo social e histórico na formação de sujeitos masculinos e femininos, já que esses estão implicados nas mesmas relações sociais e históricas.

Desse modo, é possível admitir que a escola não apenas transmite conhecimentos, mas que ela fabrica sujeitos masculinos e femininos e produz suas identidades sociais. A escola é um espaço em que se deve promover debates e reflexões no que tange às questões de gênero, seguindo uma perspectiva em que não se aceita o corpo como simples entidade biológica universal, responsável pelas diferenças entre homens e mulheres, mas sim como um construto sociocultural, produto e efeito de relações de poder.

Nesse sentido, os sujeitos devem compreender e transgredir as normatizações sociais impostas no currículo prescrito ou oculto, compreendendo que as esferas do poder se produzem a todo momento, em todos os pontos, de modo a assegurar que todos adquiram conhecimentos básicos dos mais variados temas para continuar seu aprendizado e ter sucesso depois da escola. Dessa forma, através de um olhar crítico sobre o currículo, deve-se promover um processo em que haja transformação em relação à pluralidade cultural de gênero e sexualidade.

No bojo dos nossos estudos compreendemos, não ser possível modificar as concepções e valores da sociedade em sua totalidade, porém, no que diz respeito ao processo educativo, é tarefa de todos/as nós educadores/as refletirmos acerca da função que ocupamos na formação das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Essa atitude de análise crítica dos currículos acarretaria a construção de autonomia por parte das/os discentes, no processo de potencializar formação de sujeitos críticos.

Dessa forma, é possível asseverar, que a carência de discussão desses temas gera desconhecimentos, reprodução de estereótipos. Por isso, para quebrar este ciclo de silenciamento, apostamos nessas temáticas sobre o estudo de gênero no âmbito escolar, visando desconstruir concepções naturalizadas e propor novos debates na elaboração curricular na escola.

Deste modo, nosso estudo visa promover novas discursões com a temática as questões gênero no currículo escolar, a fim de trazer o debate do tema para o nosso cotidiano e colaborar para que não continue a ser reproduzido, buscamos com a presente estudo compreender como a educação minimiza as violências de gênero na sociedade, significando a prática pedagógica com experiências e vivências, possibilitando aprendizagens e desenvolvimento igualitário entre os alunados de forma que, o gênero não seja um empecilho visando um modelo de ensino coincidente, onde todos tenham a mesmas oportunidades, desvelando o gênero com naturalidade, não como um modelo antigo de imposição social.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende e SOUZA, Magner Miranda de. **Educação para as relações de gênero**: eventos de letramento na escola. Curitiba: CRV, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Fundamental. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais, 1998. **escola pública**: tensão entre regulação e emancipação. 2009.

BRASIL. **LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault et L'Iran. In: DEFERT, D.; EWAL, F.; LAGRANGE, J. (Eds). **Dits et Écrits II 1976-1988**. Paris: Gallimard Quarto, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**- Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Neira, M. G.; Alviano Junior,

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. **Revisões de literatura**. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-92, jul./dez. 1995.

SOUZA, Fabiana Cristina de. **Meninos e meninas na escola**: um encontro possível? Porto Alegre: Editora Zouk, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.